



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA
PERNAMBUCO
CASA DR. MANOEL BORBA

Projeto de Lei n. 005 /2023.

**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE UM CONSELHO
MUNICIPAL DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL
- CMDPA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal de Defesa e Proteção Animal - CMDPA, órgão consultivo e deliberativo, instrumento de política pública de destinação e gerenciamento de receitas e meios para o desenvolvimento e a execução de ações voltadas à saúde, à proteção, à defesa e ao bem-estar animal no Município de Timbaúba.

Art. 2º. Compete ao Conselho Municipal de Defesa e Proteção Animal:

- I. Formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar a Política Municipal de Direitos dos Animais, zelando por sua execução.
- II. Elaborar proposições, objetivando aperfeiçoar a legislação e políticas públicas atinentes à defesa e proteção animal.
- III. Integrar junto às secretarias de Finanças e Meio Ambiente, o conselho diretor do Fundo Municipal de Defesa e Proteção Animal, responsável por arrecadar recursos para a promoção de políticas públicas.
- IV. Propor e auxiliar a realização de parcerias com empresas públicas, privadas e sociedade civil que possam apoiar, com auxílio financeiro ou força de trabalho, o cumprimento dos objetivos deste Conselho.
- V. Solicitar e acompanhar as ações dos órgãos da Administração Pública, Direta ou Indireta, que têm incidência no desenvolvimento dos programas de proteção e defesa dos animais;
- VI. Acionar os órgãos competentes em situações relativas ao bem estar animal;
- VII. Requisitar e acompanhar diligências e adotar providências contra situações de maus tratos aos animais;

Art. 3º. São objetivos do Conselho Municipal de Defesa e Proteção Animal:



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA
PERNAMBUCO
CASA DR. MANOEL BORBA

- I. A prevenção, a redução e a eliminação das causas de sofrimentos físicos e mentais dos animais, concebendo a garantia e defesa dos Direitos dos Animais e a promoção do seu bem-estar.
- II. A conscientização através de campanhas educativas e inclusão do tema nos currículos escolares, utilizando-se dos meios de comunicação adequados, nas escolas, associações e outros espaços comunitários que propiciem a assimilação pelo público em geral acerca dos Direitos do Animal.
- III. Acompanhar, discutir, sugerir, propor e fiscalizar as ações do Poder Público e o fiel cumprimento da legislação de proteção animal;
- IV. Estabelecer a integração com Associações, Universidades, Organizações não governamentais (ONGs), profissionais, Órgãos Estaduais, Federais e Internacionais de proteção à vida animal;

Art. 4º. O Conselho Municipal de Defesa e Proteção Animal, será composto por 9 (nove) membros, com mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução.

- I. 1 (um) representante da Secretaria de Meio Ambiente.
- II. 1 (um) representante da Câmara Municipal de Vereadores.
- III. 1 (um) representante da Sociedade Civil.
- IV. 2 (dois) representantes das entidades voltadas à proteção animal.
- V. 2 (dois) representantes das Instituições de Ensino Médio e Superior localizadas no Município.
- VI. 2 (dois) Médicos Veterinários.

§ 1º. O CMDPA será presidido por um dos seus membros, eleito por maioria simples, na primeira reunião ordinária, ficando os dois segundos mais votados eleitos para os cargos de Vice Presidente e Secretário.

§ 2º. Cada membro do conselho têm direito a um voto

§ 3º. A substituição de representantes será efetivada mediante aprovação da maioria simples, sendo eleito pelo Conselho o representante substituto.

§ 4º. A participação enquanto representante do Conselho Municipal de Defesa e Proteção Animal é gratuita e considerada serviço público relevante, ficando expressamente vedada



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA
PERNAMBUCO
CASA DR. MANOEL BORBA

a concessão de quaisquer tipos de remuneração, vantagens ou benefícios de natureza pecuniária .

Art. 5º. O Conselho Municipal de Defesa e Proteção Animal, a contar da data da publicação desta Lei e da composição de seus membros-representantes, deverá elaborar seu Regimento Interno no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 6º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara de Timbaúba, 23 de março de 2023.

Fellipe Vasconcelos

Vereador - Autor



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA

PERNAMBUCO

CASA DR. MANOEL BORBA

JUSTIFICATIVA

A criação de um Conselho Municipal de Defesa e Proteção Animal busca realizar a prevenção, a redução e a eliminação das causas de sofrimentos físicos e mentais dos animais, concebendo a garantia e defesa dos Direitos dos Animais e a promoção da saúde e bem-estar dessas espécies. Nesse sentido, serão responsáveis por elaborar proposições, acionar os órgãos competentes em situações relativas a violências contra os animais, formular, acompanhar e fiscalizar a execução das políticas públicas municipais de defesa e proteção animal. Isto posto, observa-se o ímpar papel desse Conselho na integração entre a sociedade civil e a iniciativa pública e privada, no desenvolvimento dessas atividades e programas. Portanto, esta proposição busca possibilitar a segurança e amparo dos Direitos dos Animais, tornando tal prevenção uma política pública municipal, demonstrando a providência e o zelo pelo bem comum. Dada a importância de tal solicitação, conto com a colaboração dos nobres Vereadores e do Poder Executivo para este empreendimento.

Sala das Sessões da Câmara, em Timbaúba, 23 de março de 2023.

Felipe Vasconcelos
Vereador - Autor